

**ETNOGRAFIAS POLICIAIS EM PERSPECTIVA
INTERNACIONAL: DESAFIOS DO MÉTODO
E APRENDIZADOS DO CAMPO**

***ETNOGRAFÍAS POLICIALES EN UNA
PERSPECTIVA INTERNACIONAL: DESAFÍOS DEL
MÉTODO Y APRENDIZAJES DE CAMPO***

***LAW ENFORCEMENT ETHNOGRAPHIES IN
INTERNATIONAL PERSPECTIVE: CHALLENGES
OF THE METHOD AND FIELD LEARNING***

*Julia Maia GOLDANI**

Didier Fassin é um sociólogo e antropólogo francês que se interessou por temas diversos ao longo de sua carreira, tais como a saúde pública e os movimentos humanitários. Na última década, o pesquisador tem centrado suas atenções no fenômeno do policiamento de bairros urbanos desfavorecidos (FASSIN, 2014). Ele considera, inclusive, que sua trajetória distanciada dos temas criminológicos é útil para esse campo de estudos, uma vez que o torna capaz de lançar um olhar indagador sobre aquilo que pode parecer óbvio aos pesquisadores mais habituados à temática (LORENZ, 2017).

* Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – (FGV Direito SP), São Paulo – SP – Brasil. Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Direito e Desenvolvimento e Núcleo de Estudo sobre o Crime e a Pena. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3924-4451>. E-mail: juliamgoldani@gmail.com.

É nesse contexto que se insere a coletânea *Writing the World of Policing: The Difference Ethnography Makes*¹. Nesse livro organizado por Fassin (2017), a partir de um workshop realizado na Universidade de Princeton, a proposta é explorar a recente proliferação de linhas de pesquisa etnográfica a respeito da polícia. Conforme o autor, tal movimento acadêmico – designado por ele como “reinvenção da etnografia policial” – é bastante diverso, possuindo caráter interdisciplinar e internacional. Contudo, há um ponto de partida comum: a retomada de interesse metodológico pelos estudos observacionais da polícia desenvolvidos por pesquisadores como Skolnick (1966) e Bittner (1967). Nesse sentido, o movimento se caracterizaria como “reinvenção” porque os autores contemporâneos vêm acrescentando novos paradigmas e técnicas a uma tradição já existente de pesquisa qualitativa do policiamento.

Em especial, Fassin (2017) argumenta que a substituição da observação participante por práticas propriamente etnográficas auxilia essa nova geração de estudiosos da polícia a produzir análises que vão além do evidente, explorando as discrepâncias existentes entre os discursos institucionais e a realidade. Segundo o autor, as etnografias têm como principal particularidade, em relação às outras metodologias qualitativas, o fato de envolverem a presença prolongada do observador no campo de pesquisa. Esse maior tempo de contato levaria o etnógrafo a se familiarizar intimamente com os sujeitos da pesquisa e seus códigos internos, viabilizando a descoberta indutiva de significados em conjuntos de eventos que, em um primeiro momento, parecem desconexos. Paralelamente, os processos da prática etnográfica obrigariam o cientista social a uma maior reflexividade sobre seu objeto de estudo, com consequências positivas para a análise.

O volume reúne contribuições de doze etnógrafos da polícia, sendo a última delas assinada pelo próprio Fassin. Conforme o autor explica na introdução do livro o conjunto da obra se propõe a responder duas perguntas centrais. A primeira delas diz respeito à diferença que as etnografias policiais fazem para a compreensão acadêmica da polícia: ou seja, o que elas aportam de novo em termos de conhecimento? Em complemento, a segunda pergunta propõe a reflexão contrária: de que forma as etnografias da polícia auxiliam a desenvolver a etnografia em si, enquanto método de pesquisa?

Como forma de fazer frente à primeira indagação, os artigos incluídos apresentam dados e reflexões trazidas por etnografias policiais produzidas em diversas localidades, com os mais distintos focos de análise. Para responder à segunda pergunta, a coletânea busca abordar as questões epistemológicas, políticas, metodológicas e éticas que surgem de forma destacada quando a prática etnográfica é conduzida junto a instituições policiais.

¹ Resenha da obra: FASSIN, Didier (org). **Writing the world of policing: the difference ethnography makes**. Chicago: University of Chicago Press, 2017.

O livro é dividido em três partes, cada uma com quatro capítulos. Essa divisão é temática: cada seção é dedicada a um elemento específico da experiência etnográfica. A primeira, chamada “posicionamento”, trata da posição assumida pelo etnógrafo da polícia durante sua pesquisa de campo, problematizando as escolhas que devem ser feitas a respeito da relação com os policiais e/ou policiados. A segunda parte, “observação”, apresenta contribuições centradas em relatos empíricos, exemplificando maneiras de se realizar um estudo etnográfico da polícia. Por fim, a parte intitulada “descrição” trata das questões inerentes ao relato de etnografia – por exemplo, se esse deve ser neutro ou crítico, quais cenas devem ser incluídas e qual audiência deve ser priorizada durante a escrita.

Na primeira parte, destaca-se o artigo de Steve Herbert, dedicado ao estudo de práticas de banimento de grupos indesejáveis nos espaços públicos da cidade de Seattle, nos Estados Unidos da América. Herbert discute a possibilidade de usar a etnografia como instrumento de responsabilização pública da polícia, admitindo, no entanto, que essa opção tem consequências práticas e éticas para a condução da pesquisa. Em especial, dar ênfase à responsabilização social da polícia tende a levar o pesquisador a ser desonesto com os sujeitos da etnografia, já que alertá-los do propósito do estudo tornaria o exercício ineficiente. Ao mesmo tempo, a busca por uma responsabilização da instituição policial estudada gera problemas para uma atitude puramente científica, uma vez que essa exigiria uma atenção ao contexto que inviabilizaria críticas diretas aos agentes.

Herbert argumenta que, em última análise, o etnógrafo da polícia deve escolher entre três possibilidades: agir como um ser humano ético, assumir o papel de um cientista social pautado pela objetividade acadêmica ou cumprir a função de um ator público interessado na prestação de contas à sociedade. Apesar disso, o autor conclui que um posicionamento focado na *accountability* policial é válido e necessário na academia, sugerindo que os dilemas éticos a seu respeito podem ser contrabalanceados com considerações sobre a função pública dos policiais, que envolve o aceite tácito de avaliação e responsabilização.

Em seguida, Julia Hornberger discute os desconfortáveis sentimentos de cumplicidade com violência que surgiram durante seu trabalho de campo, realizado em uma unidade de policiamento especializada em pirataria a nível de pequeno varejo na cidade de Johannesburg, África do Sul. Quase do outro lado do espectro de posicionamento em relação aos sujeitos da pesquisa, Beatrice Jauregui relata a experiência de proximidade afetiva que experimentou com os policiais que estudou em Uttar Pradesh, no norte da Índia.

Na sua análise da situação, Jauregui introduz o conceito de “empatia crítica”. Ela argumenta que sua história familiar, vinculada ao exército americano, possibilitou que ela forjasse uma conexão emocional genuína com as dificuldades enfrentadas pelos agentes sem, no entanto, perder seu senso crítico. A autora consi-

dera que essa nuance é importante para pesquisadores sociais que lidam com grupos “pouco palatáveis”, pois permite que se perceba também as vulnerabilidades desses sujeitos – no caso dos policiais de Uttar Pradesh, os pesares de ter de atuar em meio a práticas corruptas e personalistas.

Nesse ponto, é interessante notar que conclusões de Jauregui se aproximam daquelas encontradas em estudos a respeito das condições de trabalho dos policiais brasileiros (MUNIZ; PROENÇA JR, 2007), permitindo pensar que alguns padrões estruturais são comuns aos países em desenvolvimento de forma geral. Por fim, concluindo a primeira parte do livro, Jeffrey T. Martin discute as particularidades de pesquisar a polícia de Taiwan, cuja atuação coercitiva se diferencia do usual ao se pautar muito mais na instrumentalização de relações interpessoais do que no uso da força física.

À sua vez, os capítulos incluídos na segunda parte do livro ilustram como podem ser diversos os locais escolhidos para situar uma observação etnográfica da polícia. Helene Maria Kyed, por exemplo, opta por conduzir sua análise junto a uma unidade de policiamento comunitário em um bairro empobrecido de Maputo, Moçambique. Constatando que o principal resultado da proximidade entre o público e a aplicação da lei foi uma “terceirização da violência policial” para os agentes comunitários, Kyed busca entender como isso se relaciona com os ideais de justiça e as condições sociopolíticas do país.

Nessa linha, a autora propõe que os significados que a violência estatal assume numa sociedade condicionam a atuação da polícia; portanto, esses também devem ser objeto de estudo dos etnógrafos policiais. Especificamente quanto a Moçambique, Kyed conclui que a população apoia uma forma violenta de policiamento. Tal apoio é motivado, simultaneamente, pela descrença no sistema de justiça e pela naturalização da história de supressão de direitos civis que marcou o país. O contexto aproxima-se, inclusive, do descrito por Teresa Caldeira (2013) em sua discussão do policiamento brasileiro.

Elif Babul situa sua etnografia em um programa de treinamento em direitos humanos, direcionado à Polícia Nacional da Turquia no contexto de harmonização com os parâmetros da União Europeia. Sua pesquisa busca entender como os conceitos de direitos humanos foram recepcionados pelos agentes e de que forma eles impactaram o modelo de policiamento previamente existente. Os resultados demonstram que os ideais humanistas foram traduzidos como novos parâmetros de profissionalismo e expertise. Os policiais tendiam, assim, a incorporá-los na sua práxis como forma de melhorar o prestígio de sua profissão, suas condições de trabalho e, eventualmente, seu poder social relativo.

As contribuições de Clara Han e Daniel M. Goldstein, produzidas, respectivamente, no Chile e na Bolívia, inovam ao focar nos policiados ao em vez de na polícia. Han questiona como o policiamento condiciona a vida em um bairro pobre

de Santiago, argumentando que os estudos antropológicos da segurança pública devem atentar às atmosferas de vigilância e antecipação que são criadas pela polícia em certas localidades selecionadas, afetando os vínculos e rotinas ali existentes. Também nessa contribuição, encontramos um paralelo interessante com pesquisas conduzidas nas favelas brasileiras (CECCHETTO; MUNIZ; MONTEIRO, 2018; PENGLASE, 2013). Goldstein adota outra perspectiva: a partir de um seminário realizado com comerciantes e líderes sindicais de um mercado ao ar-livre em Cochabamba, o autor busca compreender as aspirações desses no que tange à segurança do local. Sua pesquisa propõe, assim, um “encontro encenado” como forma de acessar as concepções dos sujeitos. A análise questiona a privatização do policiamento que decorreu da contratação de firmas particulares de segurança pelos mercadores, explorando a percepção desses atores de que as forças públicas são ineficientes na proteção dos cidadãos.

Na terceira parte do livro, focada nas escolhas descritivas que permeiam a etnografia policial, Duncan McCargo discute a apresentação escrita de uma pesquisa antropológica da polícia usando exemplos de seu trabalho em Bangcoc, na Tailândia. Jogando com o título do romance de Jane Austen, ele coloca a razão – enquanto objetividade – e a sensibilidade – enquanto emoção – como dois elementos complementares da escrita etnográfica. Embora a sensibilidade seja vista por muitos como o principal atrativo da etnografia, o autor argumenta que, quando usada em excesso, ela pode levar a uma perda de senso crítico. Por isso, deve ser equilibrada pela razão, materializada na capacidade de percepção do objeto e na escrita sem jargão ou clichés. Nesse sentido, McCargo defende que a apresentação escrita de uma etnografia pode se afastar do estilo acadêmico em direção à prosa jornalística ou narrativa, evitando a pompa em favor de um formato que prenda a atenção dos leitores.

Na contribuição seguinte, de Susana Durão, a particularidade é a opção por descrever e analisar com profundidade uma única situação, vivenciada pela autora durante pesquisa etnográfica conduzida com a polícia de Lisboa, Portugal. Trata-se da prisão de um jovem suspeito de tráfico de drogas após uma investigação de rua improvisada, levada a cabo por dois policiais à paisana. Durão usa esse incidente para explorar a questão teórica da discricção policial em estados democráticos. A autora traça, ainda, relações entre o fato observado e o contexto social e histórico que envolve a polícia portuguesa. Ela aponta que a profissionalização do policiamento no país gerou uma pressão por resultados que, combinada com uma estrutura institucional militarizada, levou os policiais a verem a improvisação tática como forma de adquirir oportunidades, prestígio e controle sobre suas carreiras.

O próximo capítulo, de autoria de Laurence Ralph, trata do uso da tortura como técnica de interrogação pela polícia de Chicago, nos Estados Unidos. Ralph alega que, apesar de ser descrita como excepcional, a tortura policial é recorrente

e se beneficia de táticas deliberadas de “evitação”, colocadas em prática tanto pelo sistema jurídico quanto por policiais não diretamente envolvidos. O autor coloca a antropologia e a etnografia como instrumentos a serem usados para ir “além dos álibis” e entender os incentivos implícitos que tornam o uso ilegal da força previsível e atraente dentro das corporações policiais.

Fechando o livro, há um capítulo escrito por Fassin a respeito da etnografia policial conduzida por ele na periferia de Paris. O autor discute a dificuldade de transmitir ao leitor o sentimento que lhe pareceu preponderante no trabalho policial: o tédio. Fassin alega que é importante entender essa sensação de tédio profissional porque, ao formar um forte contraste com as expectativas e ambições emocionantes nutridas pela maioria dos agentes de segurança, ela motiva a produção deliberada de incidentes em bairros pobres. Ou seja, os policiais criam situações como uma forma de buscar aventuras em sua rotina mundana. Propõe-se, assim, que é a excitação que está por trás das ações arbitrárias da polícia em relação a sujeitos vulneráveis, e não o medo, como outras pesquisas sugerem.

Em suma, pode-se dizer que o diferencial do livro está na proposta de tecer debates a respeito da prática etnográfica em meio a ricas narrativas de campo, evitando a separação rígida entre metodologia e conteúdo que caracteriza muitas discussões acadêmicas. Assim, se, por um lado, as contribuições discutem com perspicácia os desafios práticos da etnografia, por outro, elas também são recheadas de dados qualitativos e descrições densas (GEERTZ, 1973) da realidade observada. O leitor é apresentado, assim, a um conjunto de perspectivas internacionais a respeito do policiamento e suas problemáticas.

É claro, o panorama do campo de estudos não chega a ser completo. Há uma notável ausência, por exemplo, de contribuições que tratem do caso do policiamento brasileiro, cuja complexidade há tempos atrai atenção a nível internacional. Prova disso é a inclusão de dois textos a respeito do Brasil em outro volume de proposta comparável, *Policing and Contemporary Governance: the anthropology of police in practice* (GARRIOT, 2013). Esse livro inclui um texto de autoria do americano Benjamin Penglase (2013) e outro assinado pela brasileira Teresa Caldeira (2013), ambos citados no decorrer dessa resenha. No entanto, como se buscou demonstrar, a leitura da obra permite importantes análises comparativas em relação à realidade brasileira, evidenciando a semelhança de certas tendências observadas em nosso país ao que é constatado em outras localidades.

Nesse sentido, *Writing the World of Policing: the difference ethnography makes* é uma leitura relevante também por fomentar o interesse por contextos pouco discutidos no Brasil. Em nossa produção acadêmica sobre segurança pública, são comuns os paralelos com os Estados Unidos (COSTA, 2008; LIMA, 2013) e, em menor grau, com outros países latino-americanos (PINHEIRO, 1997). Pouco ou nada foi escrito, no entanto, sobre possíveis pontos comuns com as polícias de

nações africanas ou asiáticas – nem mesmo a respeito daquelas que compartilham com o Brasil a herança institucional da colonização portuguesa, como é o caso de Moçambique, Angola e Macau, entre outros. Ao suscitar a curiosidade acadêmica por realidades policiais que à primeira vista parecem distantes da brasileira, a coletânea de Didier Fassin pode ajudar a promover um diálogo amplo e diversificado sobre as características transnacionais das práticas de policiamento e instituições policiais.

REFERÊNCIAS

BITTNER, Egon. The Police on Skid-Row: A Study of Peace Keeping. **American Sociological Review**, v. 32, n. 5, p. 699–715, 1967.

CALDEIRA, Teresa P. R. The Paradox of Police Violence in Democratic Brazil. In: GARRIOT, William (org.). **Policing and Contemporary Governance: The Anthropology of Police in Practice**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013. p.97–124.

CECCHETTO, Fátima; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MONTEIRO, Rodrigo de Araújo. “BASTA TÁ DO LADO” – a construção social do envolvido com o crime. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p.99–116, 2018.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. As reformas nas polícias e seus obstáculos. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p.409–427, 2008.

FASSIN, Didier (org.). **Writing the world of policing: the difference ethnography makes**. Chicago. University of Chicago Press, 2017.

FASSIN, Didier. Pouvoir discrétionaire et politiques securitaire: le cheque en gris de l'État à la police. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 201–202, p.72–86, 2014.

GARRIOT, William (org.). **Policing and Contemporary Governance: The Anthropology of Police in Practice**

GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures**. Nova York: Basic Books, 1973.

LIMA, Roberto Kant de. Entre as leis e as normas: éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p.549–580, 2013.

LORENZ, Mariana. La policía como objeto de estudio: Entrevista con Didier Fassin. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 268, p.23–32, 2017.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JR, Domicio. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p.159–172, 2007.

PENGLASE, Benjamin. Invading the Favela: Echoes of Police Practices among Brazil's Urban Poor. *In*: GARRIOT, William (org.). **Policing and Contemporary Governance: The Anthropology of Police in Practice**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013. p.31–51.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo social**, v. 9, n. 1, p.43-52, 1997.

SKOLNICK, Jerome H. **Justice Without Trial: Law Enforcement in a Democratic Society**. Nova York: John Wiley and Sons, 1966.

Submetido em: 18/08/2020

Aprovado em: 24/12/2020

Publicado em: 10/09/2021